Processo em rito sumário

Os parlamentares condenados pela CPI do Orçamento deverão ser notificados já nesta segunda-feira para responder a processos de cassação de seus mandatos. No Senado, onde há número menor de envolvidos do que na Câmara, as cassações deverão ser votadas antes da mudança dos integrantes da comissão, no próximo dia 15, segundo afirmou o vice-presidente da CCJ do Senado e suplente da CPI, Magno Baccelar (PDT-MA). Já na Câmara, a tramitação dos processos deverá durar pelo menos um mês. Em função disso, os pedidos de cassação dos deputados podem ser atropelados pela eleição dos novos integrantes da comissão. Para evitar atraso no julgamento das cassações, o presidente da CCJ da Câmara, José Dutra (PMDB-AM), vai procurar os líderes dos partidos para saber se haverá mudanças nos nomes que compõem atualmente a comissão. Ele

pretende entregar as relatorias dos processos aos deputados que permanecerão na CCJ neste ano, o que garantirá a continuidade dos trabalhos realizados até o dia 15 de fevereiro. "Quero nas relatorias gente que trabalhe rápido. A Nação exige uma resposta urgente", afirmou Dutra, que pretende designar quatro ou cinco relatores, informou a agência Globo. Depois de notificados, os parlamentares denunciados terão cinco sessões para apresentar defesa prévia nas CCJ. O deputado José Dutra prevê uma semana para a realização de deliberações solicitadas pelos acusados. Em seguida, os relatores terão o mesmo prazo para a elaboração dos pareceres. Para a CCJ da Câmara, a quarta semana será dedicada à discussão e votação dos relatórios, que serão posteriormente encaminhados à mesa diretora da Casa para julgamento no plenário.